



CHECKLIST P/ CONTRATO 2023

ITEM	DEPARTAMENTO	DOCUMENTO	DATA	SITUAÇÃO
01	SOLICITANTE	CAPA <i>ok</i>	-	
02	SOLICITANTE	REQUERIMENTO <i>ok</i>	-	OK
03	SOLICITANTE	MEMORANDO <i>ok</i>	20/1	OK
04	CPL	AUTUAÇÃO <i>ok</i> 05	20/1	OK
05	SOLICITANTE	TERMO DE REFERENCIA <i>ok</i>	20/1	OK
06	JURIDICO	PARECER JURIDICO	23/1	OK
07	COMPRAS	3 ORÇAMENTOS	23/1	OK
08	CONTABILIDADE	NOTA DE EMPENHO	23/1	OK
09	COMPRAS	ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA (QUANDO FOR O CASO)	24/1	OK
10	DOCUMENTOS DA EMPRESA	CARTÃO CNPJ	-	-
		CERTIDÃO NEGATIVA FGTS	9/1	OK
		CERTIDÃO MUNICIPAL DE DOMICILIO DO CONTRATADO	9/1	OK
		CERTIDÃO ESTADUAL	8/12/22	OK
		CERTIDÃO FEDERAL (TRIBUTOS FEDERAIS E DIVIDA ATIVA DA UNIÃO)	9/1	OK
		CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS TRABALHISTA	31/01/22	OK
		CONTRATO SOCIAL OU REGISTRO COMERCIAL NO CASO DE FIRMA INDIVIDUAL	9/1	OK
		RG E CPF DO RESPONSAVEL LEGAL DA EMPRESA	-	OK
		COMPROVANTE DE RESIDENCIA	-	OK
		ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO	-	OK
11	SOLICITANTE	JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO, DO PREÇO E RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR <i>ok</i>	27/1	OK
12	CPL	DECRETO DA CPL	-	OK
13	CPL	ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO <i>ok</i>	-	OK
14	GESTOR/SEC.	RATIFICAÇÃO DE DISPENSA <i>ok</i>	27/1	OK
15	CONTROL. GERAL	PARECER TECNICO	30/1	OK
16	GESTORA DE CONTRATOS	CONTRATO 01312023	31/1	OK
17		EXTRATO DO CONTRATO	11/2	OK
18	COMPRAS	SOLICITAÇÃO	11/2	OK
19	FISCAL	DECRETO DO FISCAL DE CONTRATO	11/2	OK
20	GEST. CONTRATOS	PUBLICAÇÃO	-	OK

*Maria
Ambrosio*

Helizangela



05/ 2023	Memorando
Data:	Setor Solicitante: SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE Responsável pela solicitação: Albina Chaves Miranda
Material: (x) Serviços	

SECRETARIA

Existe a necessidade de prestação de serviço descrito abaixo. Estou de acordo com a solicitação e justificativa.

Albina Chaves Miranda

Albina Chaves Miranda
Secretaria de Meio Ambiente

Senhora: Diretora de Compras: JULIANA RODRIGUES LOPES. Solicito a Vossa Senhoria que seja feita a prestação de serviço

I.	Serviço Especificado	Quantidade
1	Caminhão Coletor do Lixo – Placa RSC4J90	48 SERV
2	Retro Escavadeira CASE	12 SERV

Oliveira de Fátima – TO, 20 de JANEIRO de 2023.



Processo nº032/ 2023

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº021/2023

Interessado: SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE.

Objeto da Solicitação: Prestação de Serviços de Lavagem, de Veículos e Maquinas Lotado na Secretaria do Meio Ambiente do Município de Oliveira de Fátima – TO.

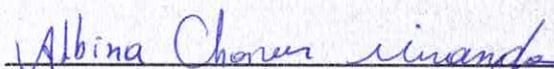


REQUERIMENTO

Eu, **ALBINA CHAVES MIRANDA** inscrito no CPF **024.791.801-66** e RG **642.425**. SSP/TO, residente e domiciliar na Avenida Tocantins centro s/n Oliveira de Fátima – TO. Na função de Secretária de meio ambiente, venho através deste requerer o seguinte contrato de Prestação de Serviços de Lavagem de Veículos e Maquinas Lotados na Secretaria do Meio Ambiente , tendo em vista a necessidade do mesmo.

1.	Serviço Especificado	Quantidade
01	Caminhão Coletor do Lixo – Placa RSC4J90	48 SERV
2	Retro Escavadeira CASE	12 SERV

Oliveira de Fátima – TO, 20 de JANEIRO de 2023.



Albina Chaves Miranda
Secretaria de meio ambiente



CERTIDÃO DE AUTUAÇÃO

Certifico que em 20 dias do mês de JANEIRO de 2023, na Sala da Seção de Licitações e Contratos, autuei o presente procedimento licitatório, com os documentos que o instruem e, para constar, faço esta autuação.

ALDEMIR GONÇALVES GUIMARÃES
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ORÇAMENTO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE FÁTIMA - TO

PROponente: 01.629.809/0001-40

A) NOME/RAZÃO: HELIZANGELA MARTINS REIS

B) ENDEREÇO: AVENIDA PARA QUADRA 32, LOTE 01 S/N OLIVEIRA DE FÁTIMA

C) TELEFONE: 999467202 E-MAIL -

D) CPF/CNPJ: 21.443.651/0001-26

COTAÇÃO DE PREÇOS

ITEM	UANT	PRODUTOS	SETOR	Valor Unitário	Valor Total
1	24	UP FLEX	ADMINISTRAÇÃO	R\$ 50,00	R\$ 1.200,00
2	48	TOYOTA HILLUX	GABINETE	R\$ 65,00	R\$ 3.120,00
3	12	RETROESCA. CASE 580	MEIO AMBIENTE	R\$ 140,00	R\$ 1.680,00
4	48	CAMINHÃO COMPACTADOR	MEIO AMBIENTE	R\$ 130,00	R\$ 6.240,00
5	12	TRATOR NEW HOLLAND 4030	AGRICULTURA	R\$ 120,00	R\$ 1.440,00
6	12	TRATOR NEW HOLLAD TT75	AGRICULTURA	R\$ 120,00	R\$ 1.440,00
7	12	TRATOR NEW HOLLAD TT4.75	AGRICULTURA	R\$ 120,00	R\$ 1.440,00
8	12	TRATOR CASE	AGRICULTURA	R\$ 120,00	R\$ 1.440,00
9	12	TRATOR JOHN DEERE 5700	AGRICULTURA	R\$ 120,00	R\$ 1.440,00
10	12	PATROL PAC 2	AGRICULTURA	R\$ 140,00	R\$ 1.680,00
11	32	CAMINHÃO CAÇAMBA	AGRICULTURA	R\$ 140,00	R\$ 4.480,00
12	12	RETRO ESCAVADEIRA XCMG	AGRICULTURA	R\$ 140,00	R\$ 1.680,00
13	12	FIORINO FIAT	AGRICULTURA	R\$ 50,00	R\$ 600,00
14	24	CARRETA AGRICOLA CEMAP	AGRICULTURA	R\$ 75,00	R\$ 1.800,00
15	24	PLANTADEIRA DE GRÃOS JUMIL	AGRICULTURA	R\$ 75,00	R\$ 1.800,00
16	24	PLANTADEIRA DE GRÃOS KOHLER	AGRICULTURA	R\$ 75,00	R\$ 1.800,00
17	12	ROÇADEIRA OSORIO	AGRICULTURA	R\$ 75,00	R\$ 900,00
18	12	SEMEADEIRA DE GRÃOS KHOLER	AGRICULTURA	R\$ 75,00	R\$ 900,00
19	12	GRADE ARADORA ROMNHA ACR 0	AGRICULTURA	R\$ 75,00	R\$ 900,00
20	24	ESPARRAMADEIRA DE CALCARIO	AGRICULTURA	R\$ 75,00	R\$ 1.800,00
21	24	PA CARREGADEIRA XCMG	AGRICULTURA	R\$ 140,00	R\$ 3.360,00
22	12	VW GOL	TRANSPORTE	R\$ 50,00	R\$ 600,00
			VALOR TOTAL	VALOR TOTAL	R\$ 41.740,00

VALIDADE DO ORÇAMENTO É DE 30 DIAS.

Oliveira de Fátima- To, 23 de janeiro de 2023.

Helizangela Martins Reis
HELIZANGELA MARTINS REIS

REPRESENTANTE LEGAL

**CESAR RIBEIRO CUNHA
LAVAJATO IMPACTO
44.121.657/0001-82**

À

A PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE FÁTIMA - TO

PROPONENTE: 01.629.809/0001-40

A) NOME/RAZÃO: CESAR RIBEIRO CUNHA

B) ENDEREÇO: . AVENIDA BERNARDO SAYAO, SN, CENTRO, NOVA ROSALANDIA-TO.

C) TELEFONE: 63) 3520-1203 E-MAIL: ELIFRIBERO2@GMAIL.COM

D) CPF/CNPJ: 44.121.657/0001-82

ITEM	QUANT	PRODUTOS	SETOR	Valor Unitário	Valor Total
1	24	UP FLEX	ADMINISTRAÇÃO	R\$ 65,00	R\$ 1.560,00
2	48	TOYOTA HILLUX	GABINETE	R\$ 75,00	R\$ 3.600,00
3	12	RETROESCA. CASE 580	MEIO AMBIENTE	R\$ 170,00	R\$ 2.040,00
4	48	CAMINHÃO COMPACTADOR	MEIO AMBIENTE	R\$ 150,00	R\$ 7.200,00
5	12	TRATOR NEW HOLLAND 4030	AGRICULTURA	R\$ 140,00	R\$ 1.680,00
6	12	TRATOR NEW HOLLAD TT75	AGRICULTURA	R\$ 140,00	R\$ 1.680,00
7	12	TRATOR NEW HOLLAD TT4.75	AGRICULTURA	R\$ 140,00	R\$ 1.680,00
8	12	TRATOR CASE	AGRICULTURA	R\$ 140,00	R\$ 1.680,00
9	12	TRATOR CASE	AGRICULTURA	R\$ 140,00	R\$ 1.680,00
10	12	TRATOR JOHN DEERE 5700	AGRICULTURA	R\$ 140,00	R\$ 1.680,00
11	12	PATROL PAC 2	AGRICULTURA	R\$ 170,00	R\$ 2.040,00
12	32	CAMINHÃO CAÇAMBA	AGRICULTURA	R\$ 150,00	R\$ 4.800,00
13	12	RETRO ESCAVADEIRA XCMG	AGRICULTURA	R\$ 170,00	R\$ 2.040,00
14	12	FIORINO FIAT	AGRICULTURA	R\$ 65,00	R\$ 780,00
15	12	CARRETA AGRICOLA CEMAP	AGRICULTURA	R\$ 80,00	R\$ 960,00
16	12	CARRETA AGRICOLA CEMAP	AGRICULTURA	R\$ 80,00	R\$ 960,00
17	24	PLANTADEIRA DE GRÃOS JUMIL	AGRICULTURA	R\$ 80,00	R\$ 1.920,00
18	24	PLANTADEIRA DE GRÃOS KOHLER	AGRICULTURA	R\$ 80,00	R\$ 1.920,00
19	12	ROÇADEIRA OSORIO	AGRICULTURA	R\$ 80,00	R\$ 960,00
20	12	SEMEADEIRA DE GRÃOS KHOLER	AGRICULTURA	R\$ 80,00	R\$ 960,00
21	12	GRADE ARADORA ROMNHA ACR 0	AGRICULTURA	R\$ 80,00	R\$ 960,00
22	12	ESPARRAMADEIRA DE CALCARIO	AGRICULTURA	R\$ 80,00	R\$ 960,00
23	12	ESPARRAMADEIRA DE CALCARIO	AGRICULTURA	R\$ 80,00	R\$ 960,00
24	24	PA CARREGADEIRA XCMG	AGRICULTURA	R\$ 170,00	R\$ 4.080,00
25	12	VW GOL	TRANSPORTE	R\$ 65,00	R\$ 780,00
			VALOR TOTAL	VALOR TOTAL	R\$ 49.560,00

Cesar Ribeiro Cunha

VALIDADE DO ORÇAMENTO 30 DIAS

NOVA ROSALÂNDIA-TO, 23 DIAS DE JANEIRO DE 2023

Cesar Ribeiro Cunha
CESAR RIBEIRO CUNHA
PROPRIETARIO



GILSON RODRIGUES COSTA

LAVA JATO VISAO

FATIMA-TO

27.402.898/0001-80

ORÇAMENTO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE FÁTIMA - TO

PROPONENTE: 01.629.809/0001-40

A) NOME/RAZÃO: GILSON RODRIGUES COSTA - LAVA JATO VISAO

B) ENDEREÇO: AV BERNARDO SAYAO QUADRA S-2 LOTE 06 FATIMA-TO

C) TELEFONE: 63) 8424-5621 E-MAIL

D) CPF/CNPJ: 27.402.898/0001-80

COTAÇÃO DE PREÇOS

ITEM	QUANT	PRODUTOS	SETOR	Valor Unitário	Valor Total
1	24	UP FLEX	ADMINISTRAÇÃO	R\$ 55,00	R\$ 1.320,00
2	48	TOYOTA HILLUX	GABINETE	R\$ 70,00	R\$ 3.360,00
3	12	RETROESCA. CASE 580	MEIO AMBIENTE	R\$ 145,00	R\$ 1.740,00
4	48	CAMINHÃO COMPACTADOR	MEIO AMBIENTE	R\$ 135,00	R\$ 6.480,00
5	12	TRATOR NEW HOLLAND 4030	AGRICULTURA	R\$ 125,00	R\$ 1.500,00
6	12	TRATOR NEW HOLLAD TT75	AGRICULTURA	R\$ 125,00	R\$ 1.500,00
7	12	TRATOR NEW HOLLAD TT4.75	AGRICULTURA	R\$ 125,00	R\$ 1.500,00
8	12	TRATOR CASE	AGRICULTURA	R\$ 125,00	R\$ 1.500,00
9	12	TRATOR CASE	AGRICULTURA	R\$ 125,00	R\$ 1.500,00
10	12	TRATOR JOHN DEERE 5700	AGRICULTURA	R\$ 125,00	R\$ 1.500,00
11	12	PATROL PAC 2	AGRICULTURA	R\$ 145,00	R\$ 1.740,00
12	32	CAMINHÃO CAÇAMBA	AGRICULTURA	R\$ 145,00	R\$ 4.640,00
13	12	RETRO ESCAVADEIRA XCMG	AGRICULTURA	R\$ 145,00	R\$ 1.740,00
14	12	FIORINO FIAT	AGRICULTURA	R\$ 55,00	R\$ 660,00
15	12	CARRETA AGRICOLA CEMAP	AGRICULTURA	R\$ 80,00	R\$ 960,00
16	12	CARRETA AGRICOLA CEMAP	AGRICULTURA	R\$ 80,00	R\$ 960,00
17	24	PLANTADEIRA DE GRÃOS JUMIL	AGRICULTURA	R\$ 80,00	R\$ 1.920,00
18	24	PLANTADEIRA DE GRÃOS KOHLER	AGRICULTURA	R\$ 80,00	R\$ 1.920,00
19	12	ROÇADEIRA OSORIO	AGRICULTURA	R\$ 80,00	R\$ 960,00
20	12	SEMEADEIRA DE GRÃOS KHOLER	AGRICULTURA	R\$ 80,00	R\$ 960,00
21	12	GRADE ARADORA ROMNHA ACR 0	AGRICULTURA	R\$ 80,00	R\$ 960,00
22	12	ESPARRAMADEIRA DE CALCARIO	AGRICULTURA	R\$ 80,00	R\$ 960,00
23	12	ESPARRAMADEIRA DE CALCARIO	AGRICULTURA	R\$ 80,00	R\$ 960,00
24	24	PA CARREGADEIRA XCMG	AGRICULTURA	R\$ 145,00	R\$ 3.480,00
25	12	VW GOL	TRANSPORTE	R\$ 55,00	R\$ 660,00
			VALOR TOTAL	VALOR TOTAL	R\$ 45.380,00

VALIDADE DO ORÇAMENTO É DE 30 DIAS.

Gilson Rodrigues Costa

Fatima - To, 23 de janeiro de 2023.

Gilson Rodrigues Costa

**GILSON RODRIGUES COSTA
REPRESENTANTE LEGAL**

27.402.898/0001-80
GILSON RODRIGUES COSTA
Av Bernardo Sayão, s/n° Qd. S-2 Lt. 06
Centro .. CEP 77555-000
FÁTIMA .. **TO**



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 032/2033
Dispensa de licitação nº021/2023

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – DO OBJETO

A presente solicitação tem como objeto **Prestação de Serviços de Lavagem de veículos e máquinas lotados na Secretaria do Meio Ambiente do Município de Oliveira de Fátima – TO.**

2 – DAS DESCRIÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

ITEM	QUANT.	UNID.	ESTIMATIVA DE DESPESA	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
01	12	SERV	R\$ 8.460,00	Retro Escavadeira CASE
02	48	SERV		Caminhão Coletor do Lixo – Placa RSC4J90

3 – DA FINALIDADE E JUSTIFICATIVA

3.1. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, encaminha o presente processo, referente a **Prestação de Serviços de Lavagem de veículos e máquinas lotados na Secretaria do Meio Ambiente do Município de Oliveira de Fátima – TO.**

Tal justificativa se enquadra no Art.75, II da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, onde diz que para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras, é dispensável a licitação.

Ressalta-se por oportuno que, a estimativa de preço fora calculada na forma estabelecida no art. 23 da Lei 14.133/21.

4 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas decorrentes do presente processo correrão conforme a seguinte Dotação Orçamentária:

Secretaria	Dotação	Elemento	DC
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	18.541.1022.2193	3.3.90.39	209

5 – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO



5.1. Os Serviços Contratados devem ser executados, Nos Veículos e maquinas pertencentes Secretaria municipal do Meio Ambiente do Município de Oliveira de Fátima – TO.

6 – DO PAGAMENTO.

6.1 Fica expressamente estabelecido que o Contratado devera apresentar as certidões no ato do pagamento ,os preços contratados incluem todos os custos diretos e indiretos para a prestação do serviço.

6.2 Os preços contratuais serão fixos e irremovíveis pelo período do contrato.

6.3. Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação de Nota Fiscal, e liberação do setor competente, tendo em vista a peculiaridade do caso.

6.4. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao contratado para as devidas correções. O pagamento será feito mediante cheque e/ ou crédito, em nome do Contratado.

7 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei 14.133/21, são obrigações da Contratada:

a) O CONTRATADO obriga-se a executar os serviços em perfeita harmonia e concordância com as normas adotadas pelo CONTRATANTE, com especial observância da lei vigente.

b) Realizar os serviços conforme solicitado, demonstrando aptidão que satisfaça a necessidade do contratante.

c) Manter o contrato observando sempre a legislação vigente aplicável à espécie.

d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de serviços que se fizerem necessários, até os limites previstos no art 75, § 2º da Lei 14.133/21, inclusive quanto aos valores, tendo como base o valor inicial do contrato, mediante celebração de termo aditivo, sempre precedido de justificativa técnica por parte do CONTRATANTE.

7.2. Além das obrigações resultantes da observância da Lei 14.133/21 são Obrigações da Contratante:

a) Efetuar os pagamentos no prazo de até 30 (trinta) dias da data da entrada das notas fiscais/faturas no Protocolo da Prefeitura, após as mesmas serem conferidas e atestadas pelo funcionário responsável pelo setor.

b) Fica facultado a PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE FÁTIMA-TO, a antecipação de pagamentos de notas fiscais, mediante descontos previamente acordados.

8 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Além do direito ao ressarcimento por eventuais perdas e danos causados pela CONTRATADA, por descumprir compromissos contratuais definidos neste instrumento,



poderão, ser-lhe impostas, sem prejuízo das sanções elencadas no artigo 75 da Lei nº 14.133/21, as seguintes penalidades.

I - Advertência;

II - Suspensão do direito de licitar e contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE FATIMA - TO;

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no caso de reincidência em falta grave;

IV - Pagamento de multa, o valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor do contrato;

As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade na infração, facultada ampla defesa à CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato;

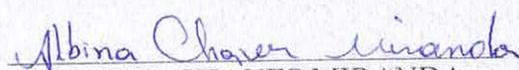
Advertência, que será aplicada sempre por escrito;

Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito;

O atraso injustificado na prestação de serviço, sujeitará a Adjudicatária à multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor da contratação;

Se o total da multa atingir um valor igual ou superior a 1 % (um por cento) da contratação, a Adjudicatária poderá ser declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública;

Prefeitura municipal de Oliveira de Fátima-TO, aos 23 dias de janeiro de 2023.


ALBINA CHAVES MIRANDA
Secretária de Meio Ambiente



CORDENONZI & OTTAÑO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

PARECER JURIDICO

PROCESSO N° 032/2023

OBJETO: lavagem veicular.

I – RELATÓRIO.

Tratam os autos de procedimento administrativo encaminhado a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer quanto à possibilidade de *lavagem veicular*.

A aquisição se dará por dispensa de licitação, nos termos da Lei n° 14.133/2021.

Consta nos autos, o Memorando solicitando a aquisição supra com a meta financeira, Termo de Referência especificando o objeto da demanda, bem como o relatório de cotação.

Eis o que bastava relatar.

Passo a opinar.

II – FUNDAMENTOS.

Inicialmente, vislumbro que para a contratação pretendida o Órgão Público contratante se propõe a utilizar-se dos critérios da novel Lei de Licitação e Contratos da Administração Pública – Lei 14.133, de 1° de abril de 2021.

A mencionada Lei estabelece novo regime jurídico para as licitações e contratações públicas, propõe em seus dispositivos a unificação de vários procedimentos constantes em diplomas legais e infralegais que antes tutelavam os procedimentos licitatórios e os contratos administrativos.

Esclarece-se que a nova Lei adentrou no nosso ordenamento jurídico sem que lhe fossem instituídas uma *vacatio legis*, o diploma legal postergou a revogação da Lei 8666, de 1993, da Lei n.º 10.520, de 2002, e dos artigos 1.º a 47 da Lei n.º 12.462, de 2011, para após 2 (dois) anos da sua publicação.

A escolha pela utilização da Lei 8666/1993 ou da Lei 14.133/2021 será feita pela Administração responsável pela licitação e contratação. Contudo, Tribunais Superiores, Juristas e Doutrinadores reconhecem que a Administração Pública deverá, ou escolher uma ou a outra, e jamais poderá se utilizar das duas normas ao mesmo tempo em suas contratações, sob pena de trazer insegurança jurídica às suas contratações.

Como o diploma é bem recente, tem-se que os Estados do Tocantins, bem como os demais entes federados, ainda não elaboraram seus procedimentos administrativos acerca de itens dispostos na nova Lei de Licitações. Deste modo, a análise da solicitação da pretensa contratação, se utilizará, de forma subsidiária, quando necessário, de normativos federais e estaduais ainda vigentes, e que venham a se mostrar plausíveis com os ditames da Lei 14.133/2021.

Assim, passo à análise jurídica da contratação pretendida.

Preliminarmente, vislumbro que a rigor do Decreto Estadual n.º 4.733, de 07 de fevereiro de 2013, são prescindíveis de envio à Procuradoria Geral do Estado os casos de dispensa de licitação, conforme o que dispõe a Lei n.º 14.133/2021, em seu artigo 75. Por consequência, a análise do controle prévio de legalidade deverá ser realizada no final da preparatória pelo órgão de assessoramento jurídico da Administração, a rigor do artigo 53 da nova Lei de Licitações 14.133/2021.

A pretendida contratação tem seu fundamento legal no artigo 72 da Lei 14.133/2021, que possibilita a Administração a realização de processo de contratação direta, sendo compreendidos nestes casos a **dispensa** e a **inexigibilidade** de licitação.

Neste diapasão, convém rememorar os ensinamentos de Ronny Charles Lopes Torres:



“Quando o Legislador prevê as hipóteses de contratação direta (dispensa e inexigibilidade) é porque admite que nem sempre a realização do certame levará à melhor contratação pela Administração ou que, pelo menos, a sujeição do negócio ao procedimento formal e burocrático previsto pelo estatuto não sirva ao eficaz atendimento do interesse público naquela hipótese específica.” (Juspodivm,2010.)

Corroborando neste entendimento, Joel de Menezes Niebuhr afirma que “a dispensa de licitação pública ocorre só quando seria possível a competição, porém, se dessa maneira se procedesse, impedir-se-ia a satisfação do interesse público.” (Fórum, 2011).

Então da análise da doutrina vem também o entendimento de que a dispensa de uma licitação pública é modo pelo qual se satisfará o interesse público desejável, porém, a dispensa também estará vinculada a determinado rito ordenado de atos que deve obediência aos princípios e ritos licitatórios, devendo observar os ditames procedimentais previstos na norma geral de licitações.

No caso dos autos em análise, observa-se que a Pasta fez levantamento estimativos de suas necessidades e, após pesquisa de preços, levantou-se que o valor médio de sua contratação está dentro dos limites previstos na nova lei de licitações, sendo este valor um montante que se enquadra nos requisitos de dispensa de licitação dispostos no artigo 75, inciso II da Lei 14.133/2021, conforme colaciono:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

(...)

(Vide Decreto nº 10.922, de 2021)

DECRETO Nº 10.922, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021

Art. 1º Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo.

Art. 2º A atualização dos valores de que trata o art. 1º será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas, de que trata o art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021.
inciso II do caput do art. 75 - R\$ 54.020,41 (cinquenta e quatro mil vinte reais e quarenta e um centavos)

Resta, portanto, configurada algumas das situações legais previstas no art. 75 da Lei nº 14.133/2021; mais especificamente, em seu inciso II, notadamente, em razão do valor global da contratação.

A exigência da realização de licitação tem seu nascedouro na Carta Política de 1988 no artigo 37, inciso XXVI, porém a própria Carta traz a situação da ressalva dos casos especificados em lei, o que se amolda nos termos do artigo 75 da Lei 14.133/2021.

Da análise da situação fática aqui disposta, a aquisição pretendida atende às finalidades precípua da Administração Pública em suma. Contudo, está se encaixa no campo discricionário do Gestor, que objetivamente encontra na lei a possibilidade de escolher o que se afigurará melhor ao caso concreto.

No caso da pretensa contratação, verifico que se enquadra nas definições de bens e serviços comuns, conforme definido no artigo 6º da Lei 14.133/2021, pois seus padrões e qualidades, podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

Quanto ao critério de contratação dos serviços a Pasta informa no Termo de Referência, no item Julgamento, que será **selecionada a proposta mais vantajosa** para a Administração, sendo considerado o **menor preço ofertado**.



CORDENONZI & OTTAÑO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Vale observar que a jurisprudência do TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços de mercado, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.

Destarte, visando fomentar a incluir neste parecer meramente opinativo, faço questão de citar os acórdãos 2.742/2017-1ª Câmara, 1.022/2013-Plenário, 3.506/2009-1ª Câmara, 1.379/2007-Plenário, 568/2008-1ª Câmara, 1.378/2008-1ª Câmara, 2.809/2008-2ª Câmara, 5.262/2008-1ª Câmara, 4.013/2008-1ª Câmara, 1.344/2009-2ª Câmara, 837/2008-Plenário, e 3.667/2009-2ª Câmara.

Esses julgados, a exemplo do acórdão 1.842/2017 – Plenário, apontam que a pesquisa de preços para os casos de dispensa e inexigibilidade deve consistir de um mínimo de três orçamentos de fornecedores distintos, sendo “necessária a apresentação de justificativa adequada sempre que não for possível obter número razoável de cotações”.

Por fim, é importante observar que “obrigação de seguir os preços praticados no mercado se aplica tanto à Administração Pública quanto aos colaboradores privados, pois ambos são destinatários do regime jurídico-administrativo relativo às contratações públicas”.

Segundo o TCU, “o fato de a administração não ter cumprido seu dever de verificar a economicidade dos preços ofertados em processo de dispensa ou inexigibilidade de licitação não isenta de responsabilidade a empresa contratada por eventual sobrepreço constatado no contrato”. (Acórdão 1.392/2016-Plenário).

Informo:

A justificativa do preço em contratações diretas (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) deve ser realizada, preferencialmente, mediante: (i) no caso de dispensa, apresentação de, no mínimo, três cotações válidas de empresas do ramo, ou justificativa circunstanciada se não for possível obter essa quantidade mínima; (ii) no caso de inexigibilidade, comparação com os preços praticados pelo fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas. TCU. Acórdão 1565/2015-Plenário.

Em que pese o debate **acerca do menor preço global** ofertado, impende salientar, que mesmo sendo possível optar-se pelo menor preço, a Pasta não deverá se descuidar do aspecto qualidade, pois nos termos da Novel Lei de Licitações, não se pode fugir dos parâmetros mínimos de qualidade, estes devem estar bem definidos quando da contratação, colaciono o dispositivo da lei:

Art. 34. O julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, **atendidos os parâmetros mínimos de qualidade** definidos no edital de licitação.

Os aspectos dos parâmetros de qualidade e da forma da execução dos serviços contratados devem estar informados no Termo de Referência, que é documento necessário para a contratação de bens e serviços. No referido termo deverá conter a definição do objeto, os quantitativos estimados acompanhados dos preços, os fundamentos da contratação, o modelo de gestão e fiscalização do contrato. Tais elementos, entre outros, descritos no inciso XXIII do caput do artigo 6º da Lei 14.133/2021 devem ser também replicados no instrumento contratual.

Neste aspecto, o termo de referência encontra-se colacionado aos autos, verifica-se que constam todos os elementos descritivos como o prazo da duração do contrato, e a possibilidade de prorrogação da contratação, a esboço da lei 14.133/2021 (inciso XXIII, artigo 6º, alínea a).

Como o procedimento em espede trata-se de aquisição de itens de consumo comum, sobreleva ressaltar que a novel Lei 14.133/2021 traz vedação à aquisição de itens de consumo de qualidade superior à que realmente é necessária para atender às finalidades que se destinam. O artigo 20 expõe então a vedação à aquisição de artigos de luxo, onde os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário vão definir sobre regulamentos que estabeleçam como serão definidos esses itens, vejamos:



CORDENONZI & OTTAÑO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Art. 20. Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.

No que tange a instrução processual, vislumbro que os itens presentes podem atender aos requisitos dispostos no artigo 18, da Lei 14.133/2021. Os autos processuais foram instruídos de forma digital¹, e apresentam elementos pontuados na lei, nessa fase preparatória, que são: o **termo de referência** - que define o objeto e as condições da execução e de pagamento, traz a **modalidade e o critério de julgamento, a minuta do contrato e o orçamento estimado, bem como as composições dos preços** (Relatório de cotação, o Mapa de preços), e os instrumentos orçamentários.

Quanto à minuta do contrato, verifica-se que estar em consonância com ordenado pela Lei 14.133/2021, atendendo as finalidades a que se destina, nos moldes do termo de referência proposto e da novel Lei de Licitações.

Por fim, recomenda-se que quando da realização da contratação sejam observados os aspectos legais de habilitação jurídica e de habilitação fiscal (certidões válidas), principalmente no que tange aos requisitos dispostos em leis especiais, como a legislação trabalhista, nos termos dos artigos 62 a art. 65, artigos 66 e artigo 67 e art. 68 da Lei 14.133/2021.

Ressalta-se que este parecerista não tem competência técnica para aferir se os valores estão condizentes com os praticados no mercado, bem como, a respeito da autenticidade e idoneidade dos documentos apresentados pela empresa a ser contratada, ficando a Administração responsável por tal feito.

Destaca-se, outrossim, que deve ser observado as necessidades e despesas afins para que não haja fracionamento, o que é terminantemente vedado pela legislação pertinente, considerando que o parecerista não tem condições técnicas, tampouco, detém o controle dos processos de despesas da municipalidade, portanto, não pode concluir sobre os valores gastos por esta Municipalidade.

Ademais, recomendável que seja dada publicidade a todos os atos administrativos.

III - DA PUBLICIDADE E DA EFICÁCIA DO CONTRATO

A Lei nº 14.133/2021 instituiu o Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP. Trata-se de um site que reunirá informações sobre todas as licitações e contratos administrativos regidos pela nova lei de licitações, inclusos União, Estados e Municípios, e que também poderá ser utilizado como plataforma para realização das licitações eletrônicas.

O art. 94 estabelece que é condição de eficácia dos contratos administrativos a divulgação do contrato no Portal Nacional de Compras Públicas PNCP.

Os municípios com até 20.000 (vinte mil habitantes) terão o prazo de 6 (seis) anos, contados da publicação da Lei 14.133/2021 para realizar as divulgações dos processos licitatórios e contratos administrativos no Portal Nacional de Compras Públicas conforme regra de transição estabelecida no art. 176.

Enquanto não adotarem o Portal Nacional de Compras Públicas, os municípios de até 20.000 (vinte mil habitantes) deverão publicar no diário oficial e divulgar no sítio eletrônico oficial, os atos praticados com fundamento na Lei 14.133/2021, admitida a publicação na forma de extrato nos termos do art. 176, parágrafo único, inciso I da Lei 14.133/2021.

Considerando que o Município de Oliveira de Fátima do Tocantins possui menos de 20.000 (vinte mil) habitantes, deverá publicar no diário oficial podendo ser na forma de extrato, e divulgar no sítio eletrônico oficial o ato que autorizou a contratação e o contrato, como condição de eficácia da contratação e do contrato.

IV – CONCLUSÃO.

¹ Lei 14.133/2021: "Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

VI - os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;"(...)



CORDENONZI & OTTAÑO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Pelo exposto, abstendo-se quanto à apreciação dos aspectos inerentes à conveniência e oportunidade, e cingindo-se à análise do mérito legal da contratação direta, e desde que atendidas às ressalvas destacadas no presente opinativo, reputa-se não haver óbice ao prosseguimento do feito. Publique-se o r. edital para fins de cumprimento da ordem legal.

Em respeito ao art. 72, parágrafo único da Lei 14.133/21, cumpra-se conforme descrito: *O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.*

Novamente, ressalto à comissão de licitação a necessidade de auferir os valores para obter o melhor proveito para o Ente Público, mesmo havendo cotações nos autos, de modo a verificar se os preços ofertados são, de fato, os praticados em mercado, outrossim, em vista da licitação tratar-se da REGRA para a Administração Pública, recomendo, **sendo de interesse da Administração e em obediência ao entendimento jurídico geral, seja realizado o certame do objeto aqui dispensado, em caso de recorrência durante o ano.**

Em tempo, cumpre salientar que esta Procuradoria emite parecer sob o prima estritamente jurídico, não lhe competindo adentar a conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, além disso, este parecer é de caráter meramente opinativo, não vinculando, portanto, a decisão do Gesto Municipal (TCU, Acórdão nº 2935/2011, Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, DOU de 17/05/2011).

Publique-se o r. edital e observe-se os prazos.

É o parecer, *s.m.j.*

Remeta-se a autoridade superior para apreciação e decisão de prosseguimento.

Oliveira de Fátima, TO, 23 de janeiro de 2023.

LUCAS BENIZ
OAB/TO 8113
CORDENONZI E OTTAÑO – ADVOGADOS ASSOCIADOS



DOCUMENTO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

PREFEITURA DE OLIVEIRA DE FATIMA - TOCANTINS

NOTA DE EMPENHO (119867)	NÚMERO 64	DATA DE EMISSÃO 24/01/2023	PROCESSO 123
--------------------------	---------------------	--------------------------------------	------------------------

EXERCÍCIO 2023	DOTAÇÃO COMPACTADA 209	CPF/CNPJ 21.443.651/0001-26	FAVORECIDO HELIZANGELA MARTINS REIS
--------------------------	----------------------------------	---------------------------------------	---

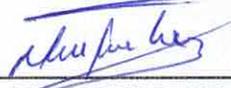
DOTAÇÃO		SALDO ANTERIOR
UNIDADE:	0016 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	36.000,00
FUNÇÃO:	18 - GESTAO AMBIENTAL	VALOR DO DOCUMENTO
SUB-FUNÇÃO:	541 - PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	7.920,00
PROGRAMA:	1022 - GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO MEIO AMBIENTE	SALDO POSTERIOR
PROJ/ATIVIDADE:	2193 - APOIO AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	28.080,00
NAT. DESPESA:	3390390000000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
SUB-ELEMENTO:	3390391900000000 - MANUTENCAO E CONSERVACAO DE VEICULOS	

HISTÓRICO

EMISSION DE EMPENHO PARA OCORRER DESPESA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM AUTOMOTIVA DOS VEICULOS E MAQUINARIOS QUE SERVEM A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MUNICIPIO DE OLIVEIRA DE FATIMA - TO. CONFORME CONTRATO N° 013/2023.

TIPO DE EMPENHO GLOBAL	MODALIDADE LICITAÇÃO DISPENSAVEL
BANCO	CONTA
FONTE DE RECURSO 1.500.0000.000000 RECURSOS PROPRIOS	TOTAL DE DESCONTOS 0,00
VALOR LÍQUIDO POR EXTENSO SETE MIL, NOVECENTOS E VINTE REAIS/ //////////////////////////////////// //////////////////////////////////// //////////////////////////////////// //////////////////////////////////// ////////////////////////////////////	VALOR LÍQUIDO 7.920,00

ASSINATURAS DAS AUTORIDADES RESPONSÁVEIS


NEREU FONTES DA LUZ
Prefeito Municipal


LUANA BATISTA DOURADO
Sec. de Finanças

OBSERVAÇÕES:



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 21.443.651/0001-26 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 20/11/2014
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL HELIZANGELA MARTINS REIS 05136215127

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LAVA JATO TOCANTINS	PORTE ME
--	--------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 45.20-0-05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO AV PARA QUADRA 32 LOTE 01	NÚMERO SN	COMPLEMENTO GALPAO
--	-----------	------------------------------

CEP 77.558-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO OLIVEIRA DE FATIMA	UF TO
--------------------------	----------------------------------	--	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO PREFOLIVEIRAFATIMA@HOTMASIL.COM	TELEFONE (63) 9994-6259
---	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/11/2014
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
-----------------------------------	---

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **09/01/2023** às **09:04:19** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 21.443.651/0001-26
Razão Social: HELIZANGELA MARTINS REIS 05136215127
Endereço: AV PARA SN QD 32 LT 01 / CENTRO / OLIVEIRA DE FATIMA / TO / 77558-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/12/2022 a 22/01/2023

Certificação Número: 2022122400580668700694

Informação obtida em 09/01/2023 09:05:21

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE FATIMA
ADM 2021 a 2024

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CONTROLE: 2BF7 3KY3 GR12 87DY

VALIDADE: 06/02/2023

FINALIDADE: DISPENSA

Certificamos que até a presente data não constam débitos da pessoa com o código nº 858, **HELIZANGELA MARTINS REIS CNPJ nº 21.443.651/0001-26 com o Nome de Fantasia sendo LAVA JATO TOCANTINS residente à AVE PARA Qd. 32 Lt. 1, CENTRO em OLIVEIRA DE FATIMA-TO**, conforme constatamos verificando os arquivos da Fazenda Pública Municipal.

Ficam ressalvados todavia, os direitos da mesma fazenda pelas omissões ou quaisquer irregularidades que venham a ser verificadas posteriormente, mesmo no período de validade desta certidão.

Esta certidão é válida da data de sua emissão até 06/02/2023, devidamente carimbada e assinada pelo responsável pela fazenda pública municipal.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação no âmbito da Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de OLIVEIRA DE FATIMA.

OLIVEIRA DE FATIMA, Quinta-feira, 8 de dezembro de 2022

Emitida por: VILJANE

01.629.809/0001-40
PREFEITURA MUNICIPAL DE
OLIVEIRA DE FÁTIMA - TO
Av. Bernardo Sayão S/Nº - Centro
CEP: 77.558-000
Oliveira de Fátima - TO





GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Número da Certidão:

4341120

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

RAZÃO SOCIAL

CNPJ 21.443.651/0001-26

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ATIVIDADE ECONÔMICA:

ENDEREÇO:

MUNICÍPIO -

FINALIDADE:

CADASTRO

HISTÓRICO:

NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

Fundamentação Legal - Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

Validade - O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço <http://www.to.gov.br/sefaz>

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente, o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

Data Emissão: Segunda-feira, 9 de Janeiro de 2023 - 09h 05m 52s

Emitida Via INTERNET

Observação:

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Esta certidão está vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: HELIZANGELA MARTINS REIS 05136215127
CNPJ: 21.443.651/0001-26

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

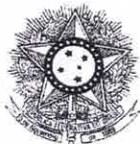
Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:43:52 do dia 03/10/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 01/04/2023.

Código de controle da certidão: **222C.A2F7.C262.5D84**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: HELIZANGELA MARTINS REIS 05136215127 (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 21.443.651/0001-26
Certidão n°: 832071/2023
Expedição: 09/01/2023, às 09:07:28
Validade: 08/07/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **HELIZANGELA MARTINS REIS 05136215127 (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **21.443.651/0001-26**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual



Empresário(a)

Nome Civil

HELIZANGELA MARTINS REIS

CPF

051.362.151-27

CNPJ

21.443.651/0001-26

Data de Abertura

20/11/2014

Nome Empresarial

HELIZANGELA MARTINS REIS 05136215127

Nome Fantasia

LAVA JATO TOCANTINS

Capital Social

2.000,00

Situação Cadastral Vigente

ATIVA

Data da Situação Cadastral

20/11/2014

Endereço Comercial

CEP	Logradouro	Número	Complemento
77558-000	AVENIDA PARA QUADRA 32 LOTE 01	SN	GALPAO
Bairro	Município	UF	
CENTRO	OLIVEIRA DE FATIMA	TO	

Situação Atual

Enquadrado na condição de MEI

Períodos de Enquadramento como MEI

Período	Início	Fim
período	20/11/2014	-

Atividades

Forma de Atuação

Estabelecimento fixo

Ocupação Principal

Lavador(a) e polidor de carro independente

Atividade Principal (CNAE)

4520-0/05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores

Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Alvará de Licença e Funcionamento Provisório - declaração prestada no momento da inscrição:

Declaro, sob as penas da Lei, que conheço e atendo os requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para emissão do Alvará de Licença e Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos. O não-atendimento a esses requisitos acarretará o cancelamento deste Alvará de Licença e Funcionamento Provisório.

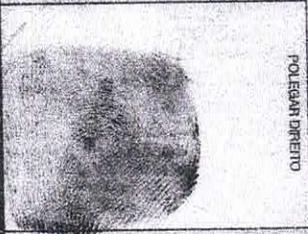
Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: <https://mei.receita.economia.gov.br/certificado>.
Certificado emitido com base na Resolução nº 48, de 11 de outubro de 2018, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL 1.089.412

DATA DE EXPEDIÇÃO 21/01/2008



NOME
HELIZÂNGELA MARTINS REIS
FILIAÇÃO
**HELIOMAR MARTINS REIS
ANTONIA RODRIGUES DOS SANTOS**

NATURALIDADE
PARAÍSO DO TOCANTINS-TO
DOC. ORIGEM
**Cert. Nasc. Nº 37.933, Lv A-36, Fls 01-V, Exp.03/02/2003
Porto Nacional -TO -**
DATA DE NASCIMENTO
28/04/1993

Helizângela Martins Reis
ASSINATURA DO TITULAR

[Signature]
ASSINATURA DO EMITENTE

11182

CARTEIRA DE IDENTIDADE

LEI Nº 7.116 DE 19/08/83



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal

CPF

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição

051.362.151-27

Nome

HELIZANGELA MARTINS REIS

Nascimento

28/04/1993



Local de Pagamento
PAGAVEL EM QUALQUER BANCO ATE O VENCIMENTO.
APÓS VENCIMENTO PAGAR NAS AGENCIAS DA CAIXA E REDE DE CASAS LOTÉRICAS

Cedente
AGENCIA DE AGUAS E SANEAMENTO DE OLIVEIRA DE FATIMA -TO. CNPJ: 27.608.253/0001-07

ASO
 AGENCIA DE AGUAS E SANEAMENTO DE OLIVEIRA DE FATIMA -TO

Data de Processamento	Nº da Fatura	Espécie	Aceite	Carteira	Moeda	Valor
17/01/2023	30554	DM	N	14	R\$	27,30

FATURA DE AGUA/ESGOTO/SERVIÇOS

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

858 HELIZANGELA MARTINS REIS CNPJ: 21.443.651/0001-26
 AV. PARA QD 32 LT 1
 CENTRO OLIVEIRA DE FATIMA TO 77558-000

Cidade: OLIVEIRA DE FATIMA - TO

COMPROVANTE - CONSUMIDOR

Tributo:				Referência:	
174 - TAXA AGUA - Valor: 27,30 - Multa: 0,00 - Juros: 0				12/2022	
Valor do Tributo:	Multa:	Juros	VENCIMENTO	VALOR	
27,30	0,00	0,00	25/01/2023	27,30	

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

COMPROVANTE - EMPRESA

82600000000 8 27301552202 5 30125000000 9 00000030554 0



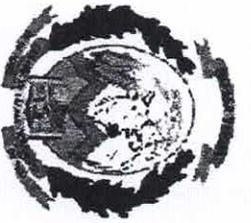
IDENTIFICAÇÃO PARA PAGAMENTO EM TERMINAIS ELETRÔNICOS

Local de Pagamento
PAGAVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO.
APÓS VENCIMENTO PAGAR NAS AGENCIAS DA CAIXA E REDE DE CASAS LOTÉRICAS

Cedente
AGENCIA DE AGUAS E SANEAMENTO DE OLIVEIRA DE FATIMA -TO

Data de Processamento	Nº da Fatura	Carteira	Moeda	Espécie	Aceite	Código Caixa	VENCIMENTO	VALOR
17/01/2023	30554	14	R\$	DM	N	30554	25/01/2023	27,30

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE FÁTIMA
ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
SETOR DE ARRECADAÇÃO

ALVARÁ DE LICENÇA

NUMERO DO ALVARA 712023

INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 00000612

Razão Social: **HELIZANGELA MARTINS REIS**

CPF/CNPJ: **21.443.651/0001-26** Nome fantasia: **LAVA JATO TOCANTINS**

Endereço: **AVE PARA QD 32 LT 1 CENTRO OLIVEIRA DE FATIMA TO 77558-000**

Atividade Principal: **45.20.0.05 SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E POLIMENTO DE VEICULOS AUTOMOTORES**

Atividades secundárias:

Início das Atividades: **20/11/2014**

Horário de funcionamento:

Responsável pela **HELIZANGELA MARTINS REIS**

Ramo de atividade: **Prestacional**

VALIDADE: **31/12/2023** DUAM: **20978**

EMITIDO EM: **19/01/2023**


VILJANE GONÇALVES GUIMARAES
Coletor Municipal


LIDIANA BATISTA DOURADO
Secretaria de Finanças

AFIXAR EM LUGAR VISÍVEL

2
0
2
3



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº032/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº021/2023

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PREÇO E ESCOLHA

INTERESSADO : Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
ASSUNTO : **Prestação de Serviços de lavagem de veículos e maquinas pertencentes ao Município de Oliveira de Fátima – TO.**

I - DA NECESSIDADE DO OBJETO

Trata os presentes autos de procedimento que tem por objeto a: **Prestação de Serviços de lavagem de veículos e maquinas Lotados na Secretaria do Meio Ambiente do Município de Oliveira de Fátima – TO.**

Após análise da proposta apresentada pela respectiva empresa, verificamos que referida solução revela-se imperiosa visando a melhoria na qualidade dos serviços prestados pela Comissão Permanente de Licitação de Oliveira de Fátima, especialmente por dinamizar e tornar mais eficiente o desenvolvimento das atividades do mencionado setor, portanto, caracterizada a oportunidade, conveniência e necessidade da presente contratação.

II – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

As contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

Alicitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa à contratações.

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº



Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 14.133/21, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade.

Licitatar é regra. Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação.

Por conseguinte, o artigo 75, da Lei 14.133/21 elenca os possíveis casos de dispensa, em especial, para aquelas contratações que envolvam valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a saber:

Art. 75. É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras:

No caso em questão verifica-se a Dispensa de Licitação, tendo em vista enquadrar-se nos fundamentos jurídicos expostos acima, especialmente no art. 75, inc. II da Lei 14.133/21.

Inobstante o fato de a presente contratação estar dentro dos limites estabelecidos no art. 75, II da Lei 14.133/2021, o que justifica a contratação direta, vale tecer alguns comentários a despeito de eventual fragmentação de despesa, o que ensejaria afronta a Lei de Licitações.

Tanto a doutrina quanto a jurisprudência recomendam que nas compras deverão ser observadas as quantidades a serem adquiridas em função do consumo estimado. Portanto, deve haver um planejamento para a realização das compras, além disso, este planejamento deve observar o princípio da anualidade do orçamento. “Logo, não pode o agente público justificar o fracionamento da despesa com várias aquisições ou contratações no mesmo exercício, sob modalidade de licitação inferior àquela exigida pelo total da despesa no ano, quando isto for decorrente da falta de planejamento.” - Manual TCU.



IV – DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

Em análise aos presentes autos, observamos que foram realizadas pesquisas de preços junto a fornecedores, tendo a Empresa **HELIZANGELA MARTINS REIS –ME** apresentado preços compatíveis com os praticados no mercado.

A prestação de serviço disponibilizado pela empresa supracitada é compatível e não apresenta diferença que venha a influenciar na escolha, ficando está vinculada apenas à verificação do critério do menor preço.

V – DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O critério do menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar aos autos do respectivo processo pelo menos 03 (três) propostas.

No caso em questão verificamos, como já foi dito, trata-se de situação pertinente a Dispensa de Licitação.

De acordo com as diretrizes do Tribunal de Contas da União, a orientação é que no caso de dispensa e inexigibilidade seja obedecida à coleta de preços, que por analogia deve obedecer ao procedimento da modalidade convite que exige no mínimo três licitantes.

De acordo com a Lei 14.133/2021, após a cotação, verificado o menor preço, adjudica-se o serviço àquele que possuir o menor preço, a habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, e regularidade fiscal, de acordo com o que reza o art. 62 da Lei 14.133/2021, em seus incisos I, II, III, IV.

Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto ou serviço similar, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

VI – DA ESCOLHA

A empresa escolhida neste processo para sacramentar a contratação dos serviços pretendidos, foi:

- **HELIZANGELA MARTINS REIS-ME**, inscrita no CNPJ **21.443.651/0001-26**, sediada na Avenida Pará QD. 32 lote 01, centro, Oliveira de Fátima – TO. valor total de R\$ 7.920,00. (sete mil novecentos e vinte reais).



VII – DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL

Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no art. 62 da Lei 14.133/2021. Porém, excepcionalmente, a lei de regências prevê a possibilidade de dispensa de alguns dos documentos, notadamente, os previstos no Capítulo IV – Da Habilitação, conforme estabelecido no inciso III, art. 70 da Lei 14.133/2021.

A propósito, há recomendação do Tribunal de Contas da União, nesse sentido:

“Deve ser observada a exigência legal (art. 29, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 1993) e constitucional (art. 195, § 3º, da CF) de que nas licitações públicas, mesmo em casos de dispensa ou inexigibilidade, é obrigatória a comprovação por parte da empresa contratada de:

Certidão Negativa de Débito (INSS - art. 47, inciso I, alínea a, da Lei nº 8.212, de 1991);

Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (SRF-IN nº 80, de 1997); e

Certificado de Regularidade do FGTS (CEF) (art. 27 da Lei nº 8.036, de 1990). Acórdão 260/2002 Plenário.

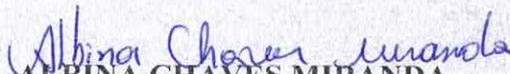
Resta deixar consignado que a contratada demonstrou habilmente sua habilitação jurídica e regularidade fiscal conforme documentos anexos.

VIII – CONCLUSÃO

Ante o exposto, verifica-se a possibilidade de contratação da Empresa **HELIZANGELA MARTINS REIS-ME**, podendo ser adquirido pelo critério de Dispensa de Licitação, Artigo 75, inciso II da Lei 14.133/2021, respeitando a legislação vigente, para o qual solicitamos a possibilidade de viabilizá-lo, com a expedição do Termo de Ratificação do Processo.

Outrossim, em relação aos preços, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

Oliveira de Fátima, TO, 27 de janeiro de 2023.


ALBINA CHAVES MIRANDA
Secretária de Meio Ambiente



GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 003 DE 03 DE JANEIRO DE 2023.

Dispõe sobre a nomeação da Comissão Permanente de Licitação – CPL, do Município de Oliveira de Fátima, designa Pregoeiro Oficial e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FÁTIMA, ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e constitucionais que lhe são conferidas por lei, sob demais prerrogativas existentes e tendo em vista a determinação contida no art. 51, § 1º da Lei n.º 8.666/93,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Permanente de Licitação – CPL constituída pelos servidores abaixo designados, para que no corrente exercício, proceda apreciação e julgamento de todas as licitações das modalidades previstas em lei, formalizados pelo Chefe do Poder Executivo e/ou pelos respectivos Gestores dos Fundos Municipais, sem prejuízos do exercício de suas funções na administração municipal:

- a) **ALDEMIR GONÇALVES GUIMARÃES**, inscrito no CPF 546.959.611-72 – (Presidente da CPL);
- b) **LUCIANA PEREIRA MENDES DA SILVA**, inscrita no CPF 031.147.031-94 – (Membro);
- c) **JOSÉ GARCIAS BARBOSA DE SOUSA**, inscrito no CPF 004.793.341-02 – (Membro).

Art. 2º - A Presidência da CPL caberá ao primeiro nomeado.



GABINETE DO PREFEITO

Art. 3º - Fica designado o servidor **LEANDRO DIAS DA SILVA**, para ser o Pregoeiro Oficial do Município de Oliveira de Fátima, ficando os demais membros da Comissão Permanente de Licitação - CPL, como equipe de apoio.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE FÁTIMA, aos 03 dias do mês de janeiro de 2023.

NEREU FONTES DA LUZ
PREFEITO


Nereu Fontes da Luz
Prefeito Municipal
ADM 2021/2024



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº032/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2023

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

*Dispõe sobre processo de dispensa de licitação de
Prestação de Serviços de lavagem de veículos e
maquinas Lotado na Secretaria do Meio Ambiente do
Município de Oliveira de Fátima – TO*

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE FÁTIMA-TO- ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e constitucionais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, e:

Considerando, os termos da solicitação proveniente do Termo de Referência, a secretaria de meio ambiente deste Município, que informa a necessidade da **Prestação de Serviços de Lavagem de veículos e maquinas Lotado na Secretaria do Meio Ambiente do Município de Oliveira de Fátima – TO** Considerando, a manifestação do Departamento de Compras, com o fim de apresentar a melhor proposta apresentada, bem como verificação de habilitação jurídica, fiscal e técnica da empresa vencedora;

Considerando, a Nota de Dotação Orçamentária do Departamento de Contabilidade, declarando previsão orçamentária junto ao Orçamento Municipal;

Considerando, a Nota de Programação Financeira da Secretaria Municipal de Finanças, declarando saldo disponível junto ao Tesouro Municipal;

Considerando, a Justificativa da Prestação de Serviço, do preço e da razão da escolha do fornecedor da CPL, a qual apontou as normas legais que possibilitam a dispensa do processo licitatório nos casos como o presente, principalmente o artigo 75, II, da Lei Federal 14.133;

Considerando, o Parecer Jurídico da Assessoria Jurídica, sobre a Justificativa e aprovando as normas legais do referido processo;

Considerando, por fim, o Parecer Técnico da Controladoria Geral deste município;

RESOLVE:

Art.1.º DISPENSAR a realização de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal 14.133, de 01 de abril de 2021e suas alterações, para a Prestação de Serviço pela Empresa

(8)



HELIZANGELA MARTINS REIS-ME, CNPJ: 21.443.651/0001-26, valor total de R\$ 7.920,00.(sete mil novecentos e vinte reais),

Art.2.º Este Ato entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima, Estado do Tocantins, aos 27 dias do mês de JANEIRO de 2023.

ALDEMIR GONÇALVES GUIMARÃES

Presidente da CPL



PROCESSO ADMINISTRATIVO N°032/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 021/2023

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Em vista da justificativa e fundamentações retro relatadas e, levando-se em considerações os termos do parecer jurídico de dispensa de licitação, expedido pela assembléia jurídico, aprovo a realização da empresa, **RATIFICO**, nos termos da justificativa acima, a prestação de serviço pela Empresa **HELIZANGELA MARTINS REIS -ME CNPJ 21.443.651/0001-26, ENDEREÇO:** Sediada na avenida para QD.32 lote 01 centro, Oliveira de Fátima ,– TO. Com Dispensa de Licitação.

Oliveira de Fátima, TO, 30 de janeiro 2023.


NEREU FONTES DA LUZ
PREFEITO MUNICIPAL

Valor total da despesa: **R\$ 7.920,00 (sete mil novecentos e vinte reais)**

Pagamento:

conforme

previsão



INTERESSADO: Secretaria Municipal de Meio Ambiente

ASSUNTO: Prestação de serviços de lavagem de veículos necessário para atender a demanda da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

PARECER TÉCNICO

Versam os autos sobre procedimento acerca de Procedimento de Dispensa de Licitação, de interesse da **Secretaria Municipal de Meio Ambiente**, cujo objeto é **Prestação de serviços pela empresa HELIZANGELA MARTINS REIS - CNPJ: 21.443.651/0001-26** referente à: Prestação de serviços de lavagem de veículos, necessário para lavar os veículos e maquinas pertencentes a Secretaria Municipal de Meio Ambiente deste município. Conforme **Processo Administrativo de nº. 032/2023.**
No **Valor Total de R\$ 7.920,00** (Sete mil, novecentos e vinte reais).

DOTAÇÕES				
SECRETARIA	DOTAÇÃO	ELEMENTO	DC	VALOR R\$
Secretaria de Meio Ambiente	10.0016.18.541.1022.2193	3.3.90.39	209	R\$ 7.920,00

Com base nas informações contidas no procedimento em análise, procedemos à análise e destacamos os seguintes aspectos considerados relevantes:

1. O processo foi devidamente autuado, com numeração de páginas, contendo carimbo do órgão e visto dos responsáveis, conforme solicitado no Art. 12, e seguintes da Lei 14.133/21.
2. Consta **Solicitação de Prestação de Serviço, bem como, Termo de Referência**, considerando sobre a finalidade do objeto e indicação detalhada dos recursos orçamentários, conforme solicitado nos Requisitos essenciais do ato administrativo/direito administrativo, Art. 18, Lei 14.133/21;
3. Consta **Pesquisa de Mercado (cotação de preço)**, para estipular o valor estimado do bem ou serviço a ser executado, conforme solicitado no Art. 74, II, da Lei 14.133/21;
4. Consta **Despacho do Departamento de Compras**, a manifestação para Declaração de Disponibilidade Orçamentária e Financeira;

5. O recurso orçamentário necessário para a despesa (exercício de 2023), foram devidamente detalhado no **Despacho Orçamentário e Financeiro**;
6. Consta, **Despacho Orçamentário e Financeiro** declarando haver saldo financeiro disponível para atender aos serviços contratados;
7. Consta **cópia do Ato de Indicação da Comissão de Licitação**, conforme art. 6º, L, da Lei 14.133/21;
8. Consta **Justificativa do preço e da razão da escolha do fornecedor**, conforme Art. 74, Inc. II, da Lei 14.133/21;
9. Consta o **Parecer prévio da Assessoria Jurídica**, conforme solicitado no Art. 74, II, da Lei 14.133/21;

Relatados acima os principais atos praticados nesta fase processual, salientamos que deverão ser cumpridas as determinações da **Lei 14.133/21**.

Diante do exposto acerca do conteúdo dos autos, infere-se que os procedimentos realizados até o momento atende às exigências legais, não contendo impropriedades que óbice o andamento do certame.

Encaminhem-se os autos a **Secretaria Municipal de Meio Ambiente** para apreciação e adoção das providencias para confecção do contrato.

É o Parecer.

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, Poder Executivo Municipal, em Oliveira de Fátima, Estado do Tocantins, aos 31 dias do mês de Junho de 2023.


MARILIA FERNANDES ALVES DE OLIVEIRA
CONTROLADOR GERAL

Decreto nº. 044 de 01 de Abril de 2022

Marília Fernandes Alves de Oliveira
CONTROLADORA GERAL
Decreto Nº. 044 de 01 de Abril de 2022



**Contrato de Empresa para prestação de Serviços de lavagem de Veículos e
Maquinas nº013/2023
Dispensa de licitação nº021/2023
Processo Administrativo n.º 032/2023**

Termo de Contrato celebrado entre **O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FÁTIMA - TO**, como **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **HELIZANGELA MARTINS REIS-ME** como **CONTRATADA**, referente **A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LAVANGEM DE VEICULOS E MÁQUINAS PERTENCENTES A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DO MUNICIPIO DE OLIVEIRA DE FÁTIMA-TO.**

O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FÁTIMA/TO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n.º01.629.809/0001-40, sediada à Avenida Pará contorno com a Avenida Pouso Alto, s/n, Centro, da cidade de Oliveira de Fátima/TO, CEP.: 77.558-000, possuindo o telefone (63) 3335-1169, neste ato representado por seu representante o Prefeito, Sr. **NEREU FONTES DA LUZ**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF 812.493.731-15 e portador da cédula de identidade sob o n.º 308.715 2ª Via, residente e domiciliado na Avenida João Vitorio Sobrinho, s/nº centro, da cidade de Oliveira de Fátima/TO, CEP77558-000, possuindo o telefone(63) 9996-9298 e o e-mail: nereuluz@outlook.com, doravante denominada **CONTRATANTE**, e, do outro lado, designada como sendo **CONTRATADA** a empresa **HELIZANGELA MARTINS REIS-ME**, inscrita no CNPJ sob o **21.443.651/0001-26**, estabelecida comercialmente na Av. Pará QD.32 lote 01 centro de Oliveira de Fátima -TO, tendo como seu representante legal a Srª. **HELIZÂNGELA MARTINS REIS**, brasileira, empresária, **RG n.º 1.089.412, SSP/TO, CPF n.º051.362.151-27**, residente e domiciliado na av. Pará, Centro, de Oliveira de Fátima -TO, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, de acordo com a Lei n.º 14.133 e suas alterações, mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

1. CLAUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTO LEGAL.

1.1. O presente contrato se fundamenta na Lei n.º 14.133 de 01 de maio de 2021, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independente transcrição.

2. CLAUSULA SEGUNDA - OBJETO.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEICULOS E MÁQUINAS, PERTENCENTES A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MUNICIPIO DE OLIVEIRA DE FÁTIMA-TO, DE ACORDO COM A PLANILHA ABAIXO;

Nereu Fontes da Luz
Nereu Fontes da Luz
Prefeito Municipal
ADM 021/2024



ITEM	QUANT.	VEICULO	V. UNITÁRIO	VALOR TOTAL
03	12	RETROESCA. CASE 580	140,00	1.680,00
04	48	CAMINHÃO COMPACTADOR	130,00	6.240,00
			VALOR TOTAL	R\$ 7.920,00

3. CLAUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

3.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços em perfeita harmonia e concordância com as normas adotadas pelo **CONTRATANTE**, com especial observância da lei vigente.

3.2. Fornecer os serviços conforme solicitado, demonstrando aptidão que satisfaça a necessidade do contratante.

3.3. Manter o contrato observando sempre a legislação vigente aplicável à espécie.

3.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões dos serviços que se fizerem necessários, até os limites previstos no art 75, § 2º da Lei 14.133/2021, inclusive quanto aos valores, tendo como base o valor inicial do contrato, mediante celebração de termo aditivo, sempre precedido de justificativa técnica por parte do **CONTRATANTE**.

3.5. A CONTRATADA deverá executar os serviços objeto deste contrato, atendendo os prazos legais estipulados pelo **CONTRATANTE**, estabelecendo, a seu critério, a forma de jornada de trabalho que desenvolverá, a fim de atender as exigências legais.

4. CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

4.1. Efetuar os pagamentos, conforme discriminado na **cláusula sexta** com entrada das notas fiscais/faturas no Protocolo da Prefeitura, após as mesmas serem conferidas e atestadas pelo funcionário responsável pelo setor.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO/PRORROGAÇÃO.

5.1. A prestação de serviço terá vigência aparti da Assinatura do Contrato até 30 de dezembro de 2023.

5.2. À CONTRATADA será facultado pedir a prorrogação do prazo, somente quando ocorrer interrupção dos serviços determinados por um dos seguintes elementos:

- Falta de elementos técnicos para o andamento dos trabalhos, quando o fornecimento deles couber ao **CONTRATANTE**;



- b) Ordem escrita do titular do **CONTRATANTE**, para restringir, ou paralisar os serviços de interesse da Administração.

5.3. Nos casos acima mencionados, o requerimento da prorrogação deverá ser protocolado em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data do evento alegado como causa do atraso.

5.4. Este contrato poderá ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, quando de interesse do **CONTRATANTE** e anuência da **CONTRATADA**, com vista à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, suficientemente justificado e aprovado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

6. CLAUSULA SEXTA – VALOR E FORMA DE PAGAMENTO:

6.1. Pelos serviços contratados e efetivamente executados, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o **Valor total de R\$ 7.920,00 (sete mil novecentos e vinte reais)** o qual será pago de acordo com prestação de serviço devidamente comprovada através de relatórios e apresentação de nota fiscal.

6.2. Fica expressamente estabelecido que os preços contratados incluem todos os custos diretos e indiretos para a completa execução dos serviços.

6.3. Os preços contratuais serão fixos e irrevogáveis pelo período do contrato.

6.4. Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação de Nota Fiscal, e liberação do setor competente, em até 30 dias após a prestação dos serviços.

6.5. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao contratado para as devidas correções. O pagamento será feito mediante cheque e/ ou crédito, em nome da Contratada.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

7.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Secretaria	Dotação	Elemento	DC	V.TOTAL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	18.541.1022.2193	3.3.90.39	209	R\$ 7.920,00

7.2. Os recursos financeiros para custear a execução dos serviços, são oriundos do tesouro Municipal.

7.3. Será empenhado de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária.

8. CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES

8.1. Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o **CONTRATANTE** poderá sujeitar a **CONTRATADA** às seguintes penalidades:

- a) Multa de 2 % (dois por cento) do valor global do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;



- b) Multa de 2% (dois por cento) do valor correspondente à parte contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;
- c) Multa de 0,06 % (seis centésimos por cento) por dia, no caso de inexecução diária do objeto deste contrato, até o máximo de (30) trinta dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação, conforme alínea anterior;
- d) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o Município de Oliveira de Fátima – TO, pelo prazo que for fixado pela Administração, em função da natureza e da gravidade da falta cometida;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, considerando, para tanto, reincidências de faltas, sua natureza e gravidade. O ato de declaração de inidoneidade será proferido pela Prefeitura Municipal, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

8.2. As multas aplicadas serão descontadas do primeiro pagamento devido pela CONTRATANTE ou, não sendo possível deverão ser recolhidas pela **CONTRATADA** em até 30 (tinta) dias, contados da intimação, sob pena de inscrição na Dívida Ativa para cobrança judicial.

8.3. A aplicação das multas independe de qualquer interpelação administrativa ou judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

8.4. As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou de processo administrativo.

8.5. A **CONTRATADA** será cientificada, por escrito, da multa aplicada, ficando com o prazo de 10 (dez) dias úteis para se desejar, recorrer ao Setor Competente.

9. CLÁUSULA NONA – RESCISÃO DO CONTRATO.

9.1. Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo **CONTRATANTE**, ou bilateralmente, mas sempre atendida a conveniência administrativa do Serviço Público.

9.2. A critério do **CONTRATANTE**, caberá a rescisão do contrato independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, quando este:

I - Não cumprir quaisquer de suas obrigações contratuais;

II - Transferir, no todo ou em parte, os serviços, sem prévia

autorização do **CONTRATANTE**.

9.3. Na hipótese do item I desta cláusula, à **CONTRATADA** caberá receber o valor dos serviços já executados.



9.4. Ocorrendo rescisão por um dos incisos elencados no item 9.2, a **CONTRATADA** poderá responder por perdas e danos cobrados administrativamente ou judicialmente.

9.5 Constituirão ainda, motivos para rescisão contratual, independentemente da conclusão do seu prazo:

- a) Manifesta deficiência do serviço;
- b) Reiterada desobediência dos preceitos estabelecidos;
- c) Falta grave;
- d) Abandono total ou parcial do serviço;
- e) Falência ou insolvência;
- f) Não iniciar as atividades no prazo previsto.

9.6 Os dados deverão ser repassados pela **CONTRATADA** quando da rescisão do contrato ou finalização do mesmo e sem interesse de renovação deste pela **CONTRATANTE**.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - TRIBUTOS.

10.1. É da inteira responsabilidade da **CONTRATADA** os ônus tributários e encargos resultantes deste Contrato, inclusive os decorrentes da legislação trabalhista e da Previdência Social.

10.2. Em caso algum, o **CONTRATANTE** pagará indenização à **CONTRATADA** por encargos resultantes da legislação trabalhista e da Previdência Social, oriundo de contratos entre a mesma e terceiros.

10.3. Os tributos e as taxas, sejam a que título for, tanto na ordem Federal, Estadual ou Municipal, decorrentes da execução do presente, serão de única responsabilidade da **CONTRATADA**, por qualquer indenização ou restituição a esse título.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO.

11.1. As partes elegem o foro de **Porto Nacional - TO**, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento contratual, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

11. CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÃO GERAL.

12.1. Rege-se-á o presente Contrato, no que for omissivo pela Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, e alterações posteriores.

12.2. Fica expressamente vedada a vinculação deste Contrato em operação de qualquer natureza que a **CONTRATADA** tenha ou venha assumir.

12.3. E por estarem de acordo, assinam este contrato em 02 (dois) vias de igual conteúdo.

Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima - TO, aos 01 dias do mês de fevereiro de 2023.



Nereu Fontes da Luz
Nereu Fontes da Luz
Prefeito Municipal
ADM 2021/2024

Nereu Fontes da Luz
Prefeito Municipal de Oliveira de Fátima-TO
CONTRATANTE

Helizângela martins Reis
HELIZANGELA MARTINS REIS-ME
Representante Legal da Contratada
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1- *Edna Lopes da Silva*
CPF: *83 78 2400100*
- 2- *Cynthia Rosomy J. dos Santos*
CPF: *050.459.501-69*



EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 013/2023

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FÁTIMA/TO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.629.809/0001-40, sediada à Avenida Bernardo Sayão, s/n, Centro, da cidade de Oliveira de Fátima/TO, CEP.: 77.558-000, possuindo o telefone (63) 3335-1169, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. **NEREU FONTES DA LUZ**, brasileiro, solteiro, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF 812.493.731-15 e portador da cédula de identidade sob o n.º 308.715 2ª Via, residente e domiciliado no Município de Oliveira de Fátima, CEP 77558-000, possuindo o telefone (63) 9996-9298 e o e-mail: nereuluz@outlook.com.

CONTRATADA: HELIZANGELA MARTINS REIS-ME, inscrita no CNPJ sob o **21.443.651/0001-26**, estabelecida comercialmente na Av. Pará QD.32 lote 01 centro de Oliveira de Fátima -TO, tendo como seu representante legal a Srª. **HELIZÂNGELA MARTINS REIS**, brasileira, empresária, **RG n.º 1.089.412, SSP/TO, CPF n.º 051.362.151-27**, residente e domiciliado na av. Pará, Centro, de Oliveira de Fátima -TO.

DO VALOR: R\$ 7.920,00 (sete mil novecentos e vinte reais)

VIGÊNCIA: 01/02/2023 a 30/12/2023.

DOTAÇÃO: Unidade orçamentária: **18.541.1022.2193** (apoio as atividades administrativas da secretaria do meio Ambiente); - elemento de despesa: - **3.3.90.39** (serviço de pessoa Jurídica).

DO OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS E MÁQUINAS, PERTENCENTES A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FÁTIMA-TO.

Oliveira de Fátima/TO, 01 de fevereiro de 2023.


ROSANE VANDERLEY DE MELO
Gestora de Contratos

SOLICITAÇÃO DE COMPRAS & SERVIÇOS

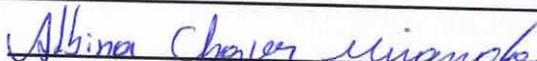
Número	Nº processo	Unidade Solicitante	Data	
13592	32	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	01/02/2023	
ITEM	COD PRODUTO	DESCRIÇÃO	UND	QTDE
1	94958	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM DA RETRO ESCAVADEIRA CASE 580	SRV	12,00
2	94962	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM DO CAMINHÃO COMPACTADOR	SRV	48,00

Qtde itens: **60,000**

JUSTIFICATIVA/OBSERVAÇÃO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS E MAQUINAS, PERTECENTES A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FÁTIMA - TO.

ASSINATURA UNIDADE SOLICITANTE


ALBINA CHAVES MIRANDA

VALOR DE OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS

0,00

DESPACHO ORÇAMENTÁRIO

O setor de orçamento, Contabilidade e Finanças declara que consta no orçamento vigente, Dotação Orçamentária, Suficiente para Suprir o Cumprimento da despesas oriundas deste processo, na funcional programatica, 10.0016.18.541.1022.2193.339039, ELEMENTO 3390390000000000 - , FONTE: 1.500.0000.000000 - RECURSOS PRÓPRIOS, FICHA:209


LUANA BATISTA DOURADO
GESTORA DE FINANÇAS

AUTORIZAÇÃO DE COTAÇÃO

Envie este processo ao setor de compras e serviços para efetuar o levantamento de preços e determinar as providencias cabiveis.

OLIVEIRA DE FÁTIMA, 1º de fevereiro de 2023


DILEUZA BOTELHO DA S. STEFANI
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 060 DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

"Dispõe sobre a designação de servidor e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE FÁTIMA, ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, que lhe confere o art. 39, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Municipal nº 279, de 13 de março de 2017,

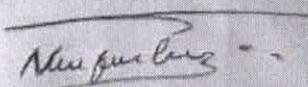
DECRETA:

Art. 1º – DESIGNAR o Senhor **FELIPE NUNES CABRAL**, portador do RG 969021 expedido pela SSP-TO, inscrito no CPF 029.390.711-01, para exercer, sem prejuízo de suas funções, a função de **FISCAL DE CONTRATOS DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FÁTIMA – TO**, a partir do dia 04 de janeiro de 2021.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE OLIVEIRA DE FÁTIMA, aos 04 dias do mês de Janeiro de 2021.


NEREU FONTES DA LUZ
Prefeito Municipal

CONTRATADA: IVANES ALVES DA SILVA-ME com sede e foro na rua Manoel Ataíde, nº275 município de Araguacema -TO, inscrita no C.N.P.J. sob o nº27.409.314/0001-07, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por sua Representante Legal a Sr^a. **Ivanês Alves da Silva**, residente e domiciliado na av. Aeroporto Q10-lote 01, Oliveira de Fátima-TO, portador da **Cédula de Identidade nº 1.580.051 SSP/TO**, CPF nº 560.616.841-34.

DO VALOR: R\$ 28.600,00 (vinte e oito mil e seiscentos reais)

VIGÊNCIA: 01/02/2023 a 30/12/2023.

DOTAÇÃO: Unidade orçamentária: **08.243.1017.2148** (Apoio as atividades administrativo da secretaria da Habitação); - elemento de despesa: - **3.3.90.39** (serviço de pessoa Jurídica).

DO OBJETO DO CONTRATO: Prestação de serviços técnicos profissionais especializados para realizar serviços de assessoria e consultoria no planejamento e na Elaboração de Projetos Sociais e Ações e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Habitação.

Oliveira de Fátima/TO, 01 de fevereiro de 2023.

ROSANE VANDERLEY DE MELO
Gestora de Contratos

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 012/2023

CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OLIVEIRA DE FÁTIMA – TO, Pessoa Jurídica de direito Público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.069.418/0001-71, com sede administrativa na Avenida Pará, contorno com av. Pouso Alto s/nº, Centro, nesta Cidade, neste ato representado pela gestora **DALMA DIAS REIS**, brasileira, solteira, portadora do CPF nº **872.849.871-20**, e do RG nº **283.602 - SSP /TO**, residente e domiciliada na Avenida 24 de Junho, s/n, Centro, Oliveira de Fátima – TO, doravante denominada **GESTORA DO FMS DE OLIVEIRA DE FÁTIMA – TO**.

CONTRATADA: BIOTEC TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS PERIGOSOS LTDA, inscrita no CNPJ: **18.979.776/0001-60**, com sede na Rua 03, S/N, modulo 12, BR 153, KM 480, Parque Agroindustrial José Antonio de Deus. Cep: 77600-000, em Paraíso do Tocantins, estado do Tocantins, neste ato representada pelo seu procurador, Sr. Plynio Henrique Dantas Barros, inscrito no CPF nº 029.568.591-37 e portador do RG 965.901 2ºVIA SSP/TO.

DO VALOR: R\$ 17.160,00 (dezessete mil cento e sessenta reais)

VIGÊNCIA: 01/02/2023 a 30/12/2023.

DOTAÇÃO: Unidade orçamentária: 10.301.1005.2120 (manutenção da Unidade Básica de Saúde); - elemento de despesa: - **3.3.90.39** (serviço de pessoa Jurídica).

DO OBJETO DO CONTRATO: Constitui objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços, a coleta, armazenamento, transbordo, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Saúde dos grupos "A", "B" e "E".

Oliveira de Fátima/TO, 01 de fevereiro de 2023.

Rosane Vanderley de Melo
Gestora de Contratos

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 013/2023

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FÁTIMA/TO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.629.809/0001-40, sediada à Avenida Bernardo Sayão, s/n, Centro, da cidade de Oliveira de Fátima/TO, CEP.: 77.558-000, possuindo o telefone (63) 3335-1169, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. **NEREU FONTES DA LUZ**, brasileiro, solteiro, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF 812.493.731-15 e portador da cédula de identidade sob o nº 308.715 2ª Via, residente e domiciliado no Município de Oliveira de Fátima, CEP 77558-000, possuindo o telefone (63) 9996-9298 e o e-mail: nereuluz@outlook.com.

CONTRATADA: HELIZANGELA MARTINS REIS-ME, inscrita no CNPJ sob o **21.443.651/0001-26**, estabelecida comercialmente na Av. Pará QD.32 lote 01 centro de Oliveira de Fátima -TO, tendo como seu representante legal a Sr^a. **HELIZÂNGELA MARTINS REIS**, brasileira, empresária, RG nº **1.089.412, SSP/TO, CPF nº051.362.151-27**, residente e domiciliado na av. Pará, Centro, de Oliveira de Fátima –TO.

DO VALOR: R\$ 7.920,00 (sete mil novecentos e vinte reais)

VIGÊNCIA: 01/02/2023 a 30/12/2023.

DOTAÇÃO: Unidade orçamentária: **18.541.1022.2193** (apoio as atividades administrativas da secretaria do meio Ambiente); - elemento de despesa: - **3.3.90.39** (serviço de pessoa Jurídica).

DO OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS E MÁQUINAS, PERTENCENTES À SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FÁTIMA-TO.

Oliveira de Fátima/TO, 01 de fevereiro de 2023.

ROSANE VANDERLEY DE MELO
Gestora de Contratos

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 014/2023

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FÁTIMA/TO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.629.809/0001-40, sediada à Avenida Bernardo Sayão, s/n, Centro, da cidade de Oliveira de Fátima/TO, CEP.: 77.558-000, possuindo o telefone (63) 3335-1169, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. **NEREU FONTES DA LUZ**, brasileiro, solteiro, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF 812.493.731-15 e portador da cédula de identidade sob o nº 308.715 2ª Via, residente e domiciliado no Município de Oliveira de Fátima, CEP 77558-000, possuindo o telefone (63) 9996-9298 e o e-mail: nereuluz@outlook.com.

CONTRATADA: HELIZANGELA MARTINS REIS-ME, inscrita no CNPJ sob o **21.443.651/0001-26**, estabelecida comercialmente na Av. Pará QD.32 lote 01 centro de Oliveira de Fátima -TO, tendo como seu representante legal a Sr^a. **HELIZÂNGELA MARTINS REIS**, brasileira, empresária, RG nº **1.089.412, SSP/TO, CPF nº051.362.151-27**, residente e domiciliado na av. Pará, Centro, de Oliveira de Fátima –TO.

DO VALOR: R\$ 3.120,00 (Três mil cento e vinte reais)

VIGÊNCIA: 01/02/2023 a 30/12/2023.

DOTAÇÃO: Unidade orçamentária: **18.541.1022.2193** (apoio as atividades administrativas do Gabinete do Prefeito); - elemento de despesa: - **3.3.90.39** (serviço de pessoa Jurídica).

DO OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS, NECESSÁRIO PARA LAVAR OS VEÍCULOS PERTENCENTES AO GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FÁTIMA-TO

Oliveira de Fátima/TO, 01 de fevereiro de 2023.

ROSANE VANDERLEY DE MELO
Gestora de Contratos